

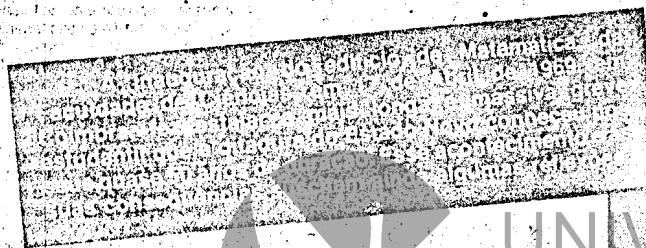
Coimbra, 17 de Abril de 1969

A maior greve dos estudantes portugueses antes do 25 de Abril

Por JOSÉ GOMES BANDEIRA



Fazer exames com a polícia dentro da Universidade, como queriam o ministro e o reitor, naquela «2.ª-feira», às 9 horas (dia 2 de Junho de 1969), só merecia o comentário deste cartaz de Direito (cuja faculdade é nos Gerais) espalhado por Coimbra.



Numa bellissima reportagem de Joaquim Vieira, no «Expresso», há exactamente dois anos, sobre a guerra colonial na então Guiné portuguesa, citava-se um alferes, militar de carreira, que confessava ter sofrido a influência de milicianos que estiveram envolvidos na crise académica de 1969, em Coimbra.

Este tipo de referência à crise espolitada em 17 de Abril de 69 e aos seus reflexos na consciência dos que a viveram surge por vezes em notícias e depoimentos a propósito das situações mais diversas. Tais alusões, de que há múltiplos exemplos só na comunicação social, têm de comum o facto de as pessoas reconhecerem que esse ano lectivo de 1968-69, em Coimbra (sobretudo os meses de Abril a Julho) significou nas suas vidas um tempo de viragem e de opções culturais e políticas que ainda perduram e que invocam hoje com orgulho e com honestidade.

Dir-se-ia, pelo tom dessas referências e pelas circunstâncias em que os então estudantes de Coimbra se reclamam dessa memória, que o 17 de Abril e a luta estudantil que se seguiu foram a «única lição», no mais profundo das suas experiências, que a velha Universidade lhes deu nos cinco ou seis anos da sua passagem pela cidade do Mondego.

Este salutar da crise no tempo e para fora dos «muros» da cidade prende-se, de algum modo, com uma das suas consequências mais nítidas, ao tempo, no contexto português: a denúncia da «primavera política» do prof. Marcelo Caetano. Desencadeada a meio do primeiro ano de mandato do sucessor de Salazar, quando algumas cedências formais (por exemplo, na imprensa e na difusão dos livros) prenunciavam o que se chamou de «primavera marcelista», a crise académica de Coimbra revelou, afinal, a mesma incapacidade de dialogar de que os portugueses (aqui e nas colónias) já estavam cansados.

A coberta da censura na imprensa (na altura também baptizada de «exame prévio»), que não permitiu que os estudantes se explicassem perante o país, o ministro da Educação de Marcelo Caetano desentendeu-se do regime e respondeu com a linguagem corrente antes de 25 de Abril: as suspensões de estudantes, o castigo dos dirigentes, a

incorporação forçada nas Forças Armadas (com guia de marcha para a guerra) e as prisões arbitrárias desencadeadas, concertadamente por duas polícias: a Judiciária e a Pide.

Em 30 de Abril de 1969, o país foi «acordado» por um discurso televisivo de Hernâni Saraiva que, ameaçador, falava de desordens provocadas por estudantes numa cidade amotinada. Quem ia a Coimbra via o contrário. Os estudantes promoviam na AAC e no exterior um esforço de acção cultural sem paralelo e quando Coimbra foi invadida pela tropa armada distribuíram flores, nas ruas, à população da cidade.

Por outro lado, a crise académica de Coimbra traduziu igualmente uma inflexão de 180 graus no sentido e nos propósitos das lutas estudantis em Portugal durante o Estado Novo.

As movimentações dos estudantes, mesmo quando atingiam a dimensão das de 1962, centravam-se na conquista e na defesa dos direitos associativos — direito de eleger os seus dirigentes e manter em funcionamento as suas estruturas associativas. A luta era, assim, essencialmente exterior à Universidade e tinha as suas maiores afinidades com as



O presidente da AAC, Alberto Martins, pede a Américo Tomás, que então presidia à sessão (e à República, por indicação de Salazar) para falar em nome dos estudantes. Tomás levantou a mão e disse: «Bem, mas agora fala o sr. ministro das Obras Públicas». Fim do discurso deste, Tomás e acompanhantes saíram intempestivamente, sem encerrar a sessão. Desde esse dia a sala tem o nome de «17 de Abril».

ações dos sectores de oposição ao regime, no plano das liberdades fundamentais — reunião, associação, informação —, de que os portugueses ainda não usufruíam.

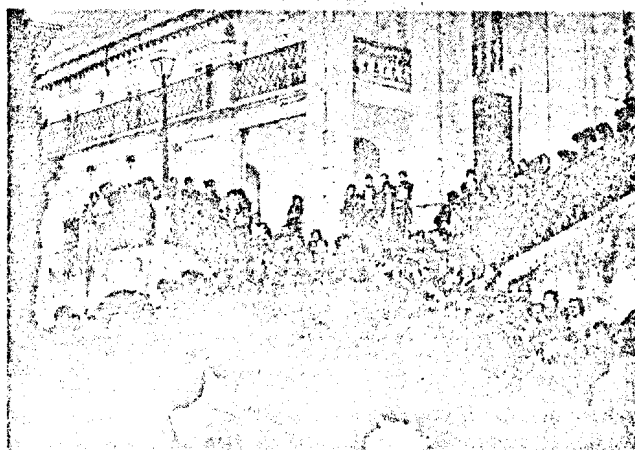
Os estudantes assumiam-se mais como cidadãos de um país privado de direitos (o que ofendia particularmente a

sua condição de universitários) do que como vítimas de um ensino reconhecidamente desajustado das necessidades do país e de uma Universidade obsoleta e carecida de reformas profundas e totais. Deve mesmo reconhecer-se que o florescimento dessa consciência, nas universidades, nos anos 60, foi um salto qualitativo fundamental na luta contra o salazarismo.

Quando os estudantes diziam em Coimbra, em 1969, que «fechar uma associação é drástico para os estudantes e fechar a Universidade é drástico para a nação» estavam a dizer onde estava a luta académica desencadeada em 17 de Abril: dentro da própria Universidade. De facto, toda a mobilização, todos os debates nesse ano lectivo e todas as reivindicações tinham de comum a discussão do governo da Universidade e da natureza e do conteúdo do seu ensino. Por esse facto e por uma questão de princípio, o presidente da AAC devia falar na sessão inaugural do edifício de Matemática, em 17 de Abril.

Poucos dias depois, o Governo de Marcelo Caetano fechou a Universidade. O não levantamento da pena de suspensão a oito dirigentes motivou a greve a exames que registou, em Junho/Julho, uma adesão na ordem dos 86,8 %.

A AAC só foi encerrada pelo ministro da Educação e pela Polícia quando a Academia já estava toda em férias.



Reunião de estudantes nas escadas da Via Latina, em 18 de Abril, após a saída da prisão do presidente da AAC, que tinha sido detido na noite anterior.